

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1458067 - SP (2019/0055004-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
EMBARGANTE : ANTHEA PARTICIPAÇÕES COMERCIAIS LTDA
EMBARGANTE : ANDRE LEWKOWITZ
EMBARGANTE : ALFREDO MACHLUP
EMBARGANTE : PETER ARNOLDO ROSEMBERG
EMBARGANTE : JESSICA FRANCISCO FERRARA
EMBARGANTE : ITALO FRANCISCO FERRARA
EMBARGANTE : CESAR FRANCISCO FERRARA
EMBARGANTE : LUIZ PERISSE DUARTE JUNIOR
EMBARGANTE : IPK EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
EMBARGANTE : NELSON GLEZER
ADVOGADOS : JAQUES BUSHATSKY - SP050258
SÉRGIO BUSHATSKY E OUTRO(S) - SP089249
IVANETE OLIVEIRA SOUZA - SP344026
THAIS CINTRA SOUSA - SP267790
EMBARGADO : CRAIG GORDON BAVINTON
EMBARGADO : CONSTRUTORA E INCORPORADORA ATLÂNTICA
LTDA
EMBARGADO : NOVA CASA DO ATOR INCORPORACAO SPE LTDA
ADVOGADO : RENATO GOMES DA SILVA - SP275552
EMBARGADO : EXPERTISEMAIS SERVICOS CONTABEIS E
ADMINISTRATIVOS EIRELI
ADVOGADOS : GESIBEL DOS SANTOS RODRIGUES - SP252856
MARCELO GARCIA FRAGOSO - SP413768
ANDRÉ CARDOSO FONTANETTI - SP403324

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. MERO INCONFORMISMO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.
2. No caso concreto, não se constata o vício alegado pela parte embargante, que busca rediscutir matéria devidamente examinada pela decisão embargada, o que é incabível nos embargos declaratórios.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os

Superior Tribunal de Justiça

embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Antonio Carlos Ferreira
Relator

